

ARTIGO

A QUESTÃO CHAVISTA NA HISTORIOGRAFIA

Resumo

O artigo tem o objetivo de apresentar um mapa historiográfico acerca do período chavista na Venezuela, situando como diversos intelectuais pensam e problematizam as questões relacionadas a natureza do regime político venezuelano após a chegada de Chávez ao poder político em 1998, assim como a própria dinâmica das lutas de classe no país e a forma como os diferentes atores sociais e políticos se alinharam em relação às políticas neoliberais. Por fim, esperamos oferecer aos interessados na história recente venezuelana uma ferramenta que abarque diversas leituras e arcabouços teóricos que possam auxiliar nas reflexões críticas acerca dos processos políticos e sociais vigente no país.

Palavras-chave: Venezuela; Hugo Chávez; Historiografia

Resumen:

El artículo tiene como objetivo presentar un mapa historiográfico sobre el periodo chavista en Venezuela, situando cómo diversos intelectuales piensan y problematizan cuestiones relacionadas con la naturaleza del régimen político venezolano después de la llegada de Chávez al poder político en 1998, así como la dinámica de luchas de clase en el país y la forma en que los diferentes actores sociales y políticos se alinearon en relación con las políticas neoliberales. Finalmente, esperamos ofrecer a aquellos interesados en la historia venezolana reciente una herramienta que abarque varias lecturas y marcos teóricos que puedan ayudar en las reflexiones críticas sobre los procesos políticos y sociales vigentes en el país.

Palabras llave: Venezuela; Hugo Chavez; Historiografía

* Graduado em História pela Unesp, Mestre em História pela PUC-SP e Doutor em História pela PUC-SP.

Introdução

O objetivo do artigo é apresentar algumas interpretações sobre o governo Chávez feitas por autores de diferentes filiações ideológicas, com o objetivo de mapear parte da produção historiográfica acerca do fenômeno político conhecido como chavismo. Tal exercício é relevante em um momento em que é crescente o interesse pela história venezuelana em universidades brasileiras, com o crescente número de pesquisas relacionadas ao país e, em particular, ao período em que Hugo Chávez esteve na presidência e sobre a atual crise venezuelana.

Em que pesem as divergências, a historiografia parecer ter encontrado algum consenso no que diz respeito ao início do processo que resulta na vitória eleitoral de Chávez, sendo este o desgaste do *pacto de Punto Fijo*¹ e o esgarçamento da frágil relação entre o Estado e sociedade no país, um retrato do capitalismo rentista venezuelano que tem como principal agente modernizador o próprio Estado, que, como afirma Coronil (2017), é mágico, no sentido em que controla sua principal riqueza, o petróleo.

Assim, tanto o Estado venezuelano como as correlações de forças sociais que marcaram a sociedade da Venezuela, durante o século XX e início do século XXI, devem ser entendidos a partir dos caminhos trilhados pelas forças políticas e sociais no país no decorrer do processo histórico que possibilitou a formação de um Estado dependente, que atuou durante boa parte do século passado no sentido de facilitar a entrada de empresas estrangeiras no país e consolidar a hegemonia de uma burguesia vinculada ao Estado e à estatal petroleira Petróleo de Venezuela (PDVSA) que, em contrapartida, negligenciou as demandas populares por mais direitos sociais, políticos e econômicos, atendendo às demandas do capital internacional, em especial, o sediado nos EUA. Tal fato gerou uma burguesia completamente atrelada aos interesses do capital internacional e que manteve, por todo o século XX, sua taxa de lucros à custa do trabalho e dos ganhos da extração do petróleo.

As crises capitalistas dos anos de 1980 e 1990 e a adoção de políticas neoliberais acabaram por destruir a frágil base social do *puntofujismo*, resultando no maior movimento venezuelano de insurreição popular no século XX, o *Caracazo* (1989),

1 A vitória de Chávez em 1998 marcou o fim do chamado *Pacto de Punto Fijo*, nome dado a democracia venezuelana que foi instalada em 1958 após a derrocada do então ditador Perez Jimenez. Tal sistema político era baseado no revezamento no poder entre os dois principais partidos políticos do país, a *Accion Democrática* e o COPEI, que, aproveitando dos recursos naturais venezuelanos e a aproximação com os EUA durante a Guerra Fria, conseguiram manter a democracia representativa sem a necessidade de golpes militares e massacrar os movimentos de esquerda, como a guerrilha venezuelana, por exemplo (SALGADO, p.59, 2017).

quando a população tomou as ruas de diversas cidades do país promovendo saques e reivindicando o fim das políticas neoliberais na Venezuela.

É nesse contexto de crise institucional, política e econômica que Hugo Chávez se torna um ator político importante no país, em condições de dialogar com setores sociais antes excluídos pelos partidos *puntofujistas*. Com um discurso que negava os partidos tradicionais e prometendo refundar a República, Chávez foi eleito no ano de 1998 para o cargo de presidente da República.

Uma vez no governo, Chávez enfrentou o acirramento da ação oposicionista quando tocou na estrutura fundante do Estado venezuelano, que mantinha os privilégios de classe no país, o petróleo. Buscando impor uma maior presença do Estado na extração do petróleo e reverter parte dos ganhos em programas sociais que melhoraram a vida da maioria dos venezuelanos, se distanciando dos pressupostos de livre iniciativa e liberalizantes preconizados pelo neoliberalismo, sendo o suficiente para que a oposição adotasse uma furiosa campanha contra o governo chavista, acusando-o de ditador, autoritário, populista e até mesmo fascista.

No entanto, Chávez não conseguiu alterar a base estruturante da sociedade e da economia venezuelanas: a dependência do petróleo. As bases econômicas que norteiam a correlação de forças sociais e políticas no país se mantiveram inalteradas durante os governos chavistas, ou seja, a Venezuela continuou dependente do mercado externo, sem apresentar alternativas internas de desenvolvimento autônomo. Isso faz com que o país mantenha a fragilidade frente ao “humor dos mercados”, que é determinado nos grandes centros de capitalismo avançado, os quais fazem oposição ao governo venezuelano.

É sob esse pano de fundo que buscaremos mapear a produção historiográfica sobre o período em questão.

1.1 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO

O historiador Fernando Damasceno oferece uma interpretação que busca fazer uma crítica à esquerda ao governo Chávez. Para o autor, “Chávez foi um traidor da classe operária”, que aprofundou as políticas neoliberais introduzidas no país nos anos de 1980 e 1990 em especial no setor mais importante da econômica venezuelana, o petroleiro. A pesquisa apresentada pelo autor no livro *A face oculta da Venezuela* (2015), utiliza como fontes, uma série de entrevistas com militantes sindicalistas e membros de movimentos sociais para demonstrar, a partir da ação de funcionários da PDVSA na paralisação de 2002, como o movimento operário salvou o governo Chávez dos ataques da oposição através de sua atuação independente.

Damasceno defende que, para se entender o nível da luta de classes na Venezuela, era necessário retomar o contexto deixado pelas políticas adotadas durante o *Pacto de PuntoFijo* e pela adoção de planos de reestruturação econômica impostos pelo FMI que resultou no rebaixamento da qualidade de vida da população, situação que possibilitou a organização da classe trabalhadora durante o *Caracazo*.

Frente ao avanço e ao recrudescimento da oposição ao governo bolivariano, o autor coloca que a classe trabalhadora se organizou para defender o governo que acreditava estar ao seu lado contra a antiga oligarquia. Para o autor, é essa organização que consegue vencer o golpe de 2002 e recolocar Chávez no palácio de Miraflores (DAMASCENO, 2015, p. 115).

A intenção da oposição, já que o golpe militar em 2002 não foi bem-sucedido, foi paralisar economicamente o país através da interrupção da produção do petróleo, levando a uma crise econômica que resultaria em uma onda de violência e no esgotamento do governo bolivariano. Para tal, a oposição contava com altos funcionários da PDVSA e com a atuação de grandes empresários, que buscaram dificultar e até mesmo interromper completamente o funcionamento de estabelecimentos comerciais, criando uma situação de carestia na população.

Damasceno afirma que tal estratégia só não foi um sucesso porque contou com a oposição firme e organizada da classe trabalhadora, que ocupou a refinaria de *Puerto la Cruz* e reestabeleceu a produção, possibilitando ao governo um tempo maior para conseguir contornar a crise. O autor oferece um detalhado relato, com diversas entrevistas e relatos da imprensa, de como se deu a ocupação e o retorno das atividades na refinaria, sendo que “efetivamente, dessa vez o governo Chávez somente se sustentou graças à intervenção desses operários petroleiros e ao apoio popular” (2015, p.348).

A tese central do autor nesse aspecto é a de que os operários conseguiram subverter a ordem social burguesa, tanto no aspecto ideológico, em particular no aspecto meritocrático que norteava as promoções e os cargos dentro da PDVSA, como na própria contestação da propriedade privada dos meios de produção, uma vez que os operários conseguiram, mesmo com as dificuldades inerentes a um momento de acirramento da luta de classes, tomar para si a produção e a distribuição do petróleo na refinaria. Nesse sentido, Damasceno compara o controle operário em *Puerto la Cruz* com os “Comitês de Fábricas” teorizados por Trotsky em seu Programa de Transição (DAMASCENO, 2015, p. 398).

Para o autor, essa postura combativa e independente dos movimentos populares era uma ameaça para a burguesia venezuelana, uma vez que o fracasso da paralização

dos petroleiros significava sua segunda derrota em menos de um ano e, ao mesmo tempo, um enfraquecimento do governo Chávez, que não conseguia controlar as forças sociais. Assim, Chávez teria passado a adotar uma série de medidas para inviabilizar o aprofundamento da organização operária e popular que havia derrotado o golpe e o paro petroleiro, representando um entrave para a participação direta operária nas decisões da vida pública venezuelana (DAMASCENO, 2015, p. 408).

A análise de Damasceno se aproxima das leituras de que atribuem a Chávez a pecha de populista, já que chama a atenção para o discurso, para o carisma e para a personalidade de Chávez, que conseguia atingir “as mentes e corações dos mais bem-intencionados e abnegados lutadores” (2015, p. 413). Em outro momento a análise se aproxima do bonapartismo, no sentido em que Chávez age no intuito de defender os interesses burgueses enquanto atua para interromper o avanço da classe operária.²

Segundo Damasceno, o neoliberalismo de Chávez se torna evidente com a política de internacionalização da PDVSA, que tem como objetivo diminuir os direitos trabalhistas, aumentando assim a taxa de lucro da burguesia e a entrega das riquezas naturais do país para as empresas. Dessa forma, o chavismo poderia ser caracterizado como um governo de conciliação de classes, em que o Estado “deseja fortalecer as relações capitalistas e criar um mercado interno mais dinâmico”. Assim, o autor considera que os programas sociais, marcas do governo bolivariano, são políticas compensatórias e assistencialistas que cumprem um papel negativo na dinâmica das lutas de classe, uma vez que desmobiliza e coopta as organizações sociais independentes, inviabilizando a construção de uma consciência de classe no país.

1.2 A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E O “CAPITALISMO DE LAS CALLES”

Se Damasceno considera o governo Chávez neoliberal, o cientista social Wallace Moraes chega a uma conclusão diferente ao comparar o governo venezuelano com

2 A categoria “bonapartismo” faz referência a obra *18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx, em que o autor analisa o golpe de Estado dado por Bonaparte em 1851, em um contexto após as revoluções de 1848. Nesse sentido, além da grande discussão que envolve a categoria em questão, essa se relaciona com um contexto em que a situação das lutas de classe oferece risco real para a ordem burguesa, que nesse sentido, abre mão do poder político de Estado para defender seus interesses de forma conjunta através de um “bonaparte”. No caso latino-americano, Trotsky buscou entender a especificidade do continente através do *bonapartismo sui generis*, que se manifesta de duas maneiras. A primeira através da repressão aberta do Estado contra setores considerados subversivos. A segunda, o bonapartismo se manifesta em situações não ditatoriais, quando o Estado visa conter a ameaça a ordem capitalista adotando reformas políticas para incorporar as massas à esfera política (DEMIER, 2012, p. 29).

o período em que o Brasil foi governado por Lula em sua obra *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez* (2011).

O autor considera que não é possível entender o desenvolvimento capitalista na Venezuela sem levar em consideração a importância do petróleo para a sua balança comercial, já que, desde que foram descobertas, o Estado direcionou suas ações para explorar a extração e a exportação do produto. Portanto, o país praticamente abandonou a produção agrícola e vivenciou uma frágil industrialização, o que resultou em uma organização operária tardia.

Com um país totalmente dependente do petróleo, a burguesia venezuelana se constituiu também dependente do Estado, enquanto a classe trabalhadora se alinhou com princípios reformistas, uma vez que “o caráter rentista da economia moldou uma sociedade e um aparelho de Estado acostumados à riqueza fácil e dependentes, em extremo, do vaivém do mercado petrolífero internacional” (LANDER, 2005; LOPEZ MAYA, 2006 *apud* MORAES, 2011, p. 175).

A grande central patronal venezuelana, a *Fedecámaras*, que nasceu em 1944 para representar os interesses empresariais junto ao Estado e à sociedade, foi personagem importante para se promover um ambiente político e econômico que possibilitasse uma espécie de paz social no país, produzindo um “grau razoável de consenso no âmbito do Capital, a despeito da competição intercapitalista” (MONCADA, 1985; BOSCHI, 2006 *apud* MORAES, 2011, p. 178).

Em relação à organização da classe operária, a análise se detém na CTV, a maior central sindical venezuelana, a qual, historicamente, se notabilizou pela aproximação com os partidos políticos. Segundo Moraes, a aristocracia operária da CTV mantinha estreita ligação com o mercado e com o governo, sustentando a hegemonia de tal central em relação a outros grupos mais combativos. Assim, a aliança entre a CTV e o poder político e econômico foi utilizada para excluir certos grupos que buscavam radicalizar a luta por direitos, como os comunistas, para que a relação Capital-Trabalho na Venezuela não correspondesse uma ameaça ao processo de acumulação capitalista.

O autor considera que assim se desenvolveu o capitalismo venezuelano, um capitalismo dependente da extração do petróleo em um país pouco industrializado, com baixa produção agrícola, importador de produtos primários e industrializados, com grande entrada de capitais durante os anos de 1970, o que valorizou a moeda e incentivou o consumo. No entanto, com as crises capitalistas dos anos de 1980, o modelo *puntofujista* entrou em colapso e se aprofundou a adoção de uma agenda neoliberal, situação que persistiu até a eleição de Hugo Chávez em 1998.

Assim, juntamente com o neoliberalismo, tem início a “*política de las calles*”, termo cunhado pela intelectual venezuelana Margarita Lopez Maya (2009) para entender o aumento das manifestações de rua que ocorreram contra o neoliberalismo na Venezuela.³

Para o autor, tal período é de suma importância para o entendimento da chegada de Chávez ao poder político, mas também para demonstrar uma aparente contradição existente na Venezuela. Enquanto que em outros países o neoliberalismo retirou direitos trabalhistas historicamente constituídos, na Venezuela teria ocorrido o contrário. O Consenso de Washington serviu de combustível para que os trabalhadores venezuelanos buscassem mais direitos.⁴

No que se refere ao governo Chávez, o autor elabora duas categorias, o “Capitalismo de las calles” e a “Revolução Legal”. Para Moraes, Chávez buscou atender as demandas populares com absoluto respeito às leis do país e, dessa forma, colocou fim aos protestos violentos e trouxe as reivindicações populares para dentro da ordem do Capital. Dessas abstrações advêm as definições de “Capitalismo de las calles” e “Revolução legal”.

Portanto, ele considera que o governo Chávez é marcado por atender as demandas populares com a instalação de uma série de políticas de distribuição de renda, as quais foram possíveis graças ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional e ao controle exercido pelo Estado na PDVSA. Dessa forma, seria possível compreender o caminho legalista adotado por Chávez, uma vez que “as exigências dos movimentos sociais são mais legalistas e menos revolucionárias, isto é, não reivindicam o fim do capitalismo, mas melhorias nas condições de vida” (MORAES, 2011, p. 260).

Moraes conclui que o governo Chávez não foi o responsável por impulsionar os movimentos sociais, mas foi impulsionado por estes, representando um rompimento com o neoliberalismo. Em relação às leis trabalhistas, Chávez propôs uma reforma, em 2006, que dificulta a terceirização, garante um período maior de amamentação para as mulheres, proíbe a dispensa massiva de funcionários, entre outras resoluções, a fim de assegurar mais direitos aos trabalhadores venezuelanos.

Assim, o “Capitalismo de las calles” e a “Revolução legal” teriam representado um governo que, pela primeira vez “olhou para os mais pobres prioritariamente, ao

3 *O Caracazo*, movimento de revolta popular contra as reformas neoliberais que aconteceu em 27 de fevereiro de 1989, é considerado o maior levante popular da história venezuelana. Na ocasião, os venezuelanos ocuparam as ruas das principais cidades do país protestando contra as medidas de arrocho fiscal adotadas pelo governo. A repressão estatal foi violenta, sendo que até hoje, ainda não se conhece o número exato de vítimas.

4 Tais mudanças ocasionaram a reforma nas Leis Trabalhistas de 1971. Ver: MORAES, 2011, p.241.

mesmo tempo em que não rompeu com a subordinação do Trabalho ao Capital, mas ajudou a amenizar a exploração e garantir a paz social” (MORAES, 2011, p. 284).

1.3 A GOVERNO CHAVISTA VISTO COMO UMA REVOLUÇÃO POPULAR

O cientista político estadunidense George Ciccariello-Maher busca entender a Revolução Bolivariana como uma consequência da dinâmica das lutas de classes que marcaram a história venezuelana desde as décadas de 1950 e 1960. Para o autor, Chávez não é a figura central, a liderança do processo bolivariano, mas sim a consequência de uma histórica luta social contra a miséria e a desigualdade que marcam o desenvolvimento capitalista no país.

Com o intuito de demonstrar que Chávez foi criado pelas forças sociais venezuelanas, Maher recupera elementos da história do país, retomando discussões acerca de lutas sociais que marcaram a história venezuelana. O objetivo de tal exercício é resgatar as origens das bases sociais que sustentam a Revolução Bolivariana, indicando que estas já estavam latentes na sociedade antes da eleição de Chávez em 1998. Para tal, o autor resgata a derrota das guerrilhas venezuelanas na década 1960 e a estruturação do sistema democrático no país conhecido como *Pacto de PuntoFijo*.

Para o autor, o fim da ditadura Pérez Jimenez e a instalação do *Pacto* em 1958 representaram o fim da luta social contra a ditadura e o início de uma luta por democracia e igualdade material – ou seja, não apenas a igualdade jurídica típica das democracias liberais burguesas. Tal descompasso entre as aspirações populares e a democracia liberal se materializa com a política adotada pelo primeiro presidente *puntofujista*, Romulo Betancourt, um dos idealizadores da democracia venezuelana do *Pacto de PuntoFijo*, e que marcou a relação entre o Estado e sociedade no país. Para Betancourt, o povo era apenas uma abstração e tal conceito representava uma ameaça para a ordem estabelecida, configurando dessa forma uma “democracia protegida do povo”.

Assim, o Estado Venezuelano passou a considerar como parte da sociedade apenas instituições como partidos políticos, sindicatos, grupos organizados, as quais foram reconhecidas como a sociedade civil,⁵ deixando de fora da dinâmica política as forças sociais não reconhecidas pelo Estado, mas que emergiam em decorrência da miséria e da desigualdade (MAHER, 2013, p. 10).

Nesta perspectiva, isolado o povo da política, a democracia instalada com o *PuntoFijo* representaria, na verdade, uma continuação da ditadura Pérez Jiménez no

5 A oposição venezuelana contra Chávez ainda utiliza tal perspectiva em sua leitura sobre a realidade no país, pois considera como sociedade civil apenas as instituições como ONGs, imprensa, centrais patronais, deixando de fora de sua definição as organizações sociais chavistas. Ver: SALGADO, 2019.

sentido de constituir uma forma política que impedia a plena participação popular, ao mesmo tempo em que mantinha as práticas repressoras impostas pelas diretrizes da Guerra Fria. É nesse contexto que as guerrilhas venezuelanas começam a atuar com o objetivo de liderar uma revolução no país, baseada na experiência cubana.

Para o autor, essa desagregação das forças populares fez com que as lutas sociais se espalhassem em várias frentes no país, como no movimento negro, nos grupos de povos nativos, nos grupos femininos, nos conselhos de bairros e nas fábricas, sendo que tais forças voltaram a se unificar com a adoção por parte do governo de práticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, em particular durante o *Caracazo*, e, posteriormente, apoiaram a Revolução Bolivariana e o governo Chávez a partir de 1998.

Maher coloca que a dinâmica social que impulsiona e mantém a Revolução Bolivariana se estrutura através da ação desses grupos em uma situação de tensão entre o Estado e a sociedade, que se materializa após a derrota das guerrilhas e o contato entre antigos guerrilheiros e os moradores dos *barrios* venezuelanos. Tal contato é entendido pelo governo como uma ameaça, que passa a reprimir os movimentos populares, que, por sua vez, resistem com uma maior organização interna e com a construção de uma cultura de *barrio*, que se assemelha a formação de uma consciência de classe. Tal dinâmica forma organizações populares, como Conselhos e Assembleias populares que ainda existem e foram o germe das comunas e conselhos bolivarianos.

O autor identifica no *Caracazo*, no ano de 1989, o maior movimento social de resistência ao neoliberalismo da América Latina e como sendo o início da quarta guerra mundial⁶ no país e o início da Revolução Bolivariana, uma vez que foi nesse momento que os movimentos sociais que antes estavam dispersos se uniram, se organizaram e se armaram contra as políticas de reajuste neoliberal impostas pelo FMI e Banco Mundial (2013, p. 98). É logo após o Caracazo, no ano de 1991, que se pode verificar a organização de Assembleias de Bairros no país, ou seja, uma organização “de baixo”, com prática de democracia direta, é anterior ao governo Chávez (2013, p. 238).

É sob essa ótica de autonomia e organização dos movimentos sociais que o autor busca analisar a vitória eleitoral de Chávez em 1998 e as políticas adotadas por ele no governo, em particular após o fracasso do golpe de 2002 e o paro petrolero do mesmo ano, quando, mais uma vez, o contato entre antigos guerrilheiros e

6 Para o autor, citando Luis Britto, a terceira guerra mundial teria sido a Guerra Fria, que terminou com a vitória do neoliberalismo e a quarta guerra mundial começa na Venezuela em 1989 com a luta contra o neoliberalismo (MAHER, 2013, p.101).

lideranças sociais organizadas ajudaram a impedir o golpe contra Chávez. Assim, além da vontade particular de Chávez, ou de sua oratória e retórica socialista e anti-imperialista, o que o autor entende por Revolução Bolivariana é algo que não se relaciona com Chávez, mas sim com um longo processo de lutas sociais.

Portanto, para Maher, a Revolução Bolivariana não pode ser entendida tendo como centro da análise a figura de Chávez, uma vez que ele seria o resultado de uma série de lutas sociais que marcaram a relação entre o Estado e a sociedade na Venezuela. Dessa forma, o autor ainda problematiza a função do Estado na Revolução, uma vez que, se os grupos sociais que compõe a luta de classes no país são formados, em grande sentido, por grupos que são contra o Estado, como estes lidam com um processo revolucionário que tem como instituição central o próprio Estado? Lembrando que na Venezuela, como Fernando Coronil coloca, o Estado é “mágico”.

A obra defende que Chávez e seu governo são resultado de uma intensa disputa social que tem início com o *Caracazo*, que levou forças sociais a se organizarem para eleger e defender o governo bolivariano. Dessa forma, para o autor, o que está em jogo na Venezuela não é o governo chavista, mas sim as conquistas sociais resultantes das tensões inerentes a relação entre o Estado e a sociedade que, organizada, pressiona para que novas formas de representação e organização política possam ser colocadas em prática (2013, p. 254).

Nesse contexto, Chávez teria cumprido uma função importante por ter agregado os diferentes grupos sociais e ajudado na construção de uma plataforma política institucional comum. No entanto, o fato de Chávez ocupar uma posição dentro de um aparato estatal burguês, ou seja, um aparelho de dominação de classe e estar cercado por uma burocracia estatal e partidária que muitas vezes entende a autonomia popular como uma ameaça a seus privilégios pode fazer com que a confiança depositada em Chávez acabe. Para o autor, a Revolução Bolivariana começou antes de Chávez e pode continuar sem o mesmo.

1.4 CHÁVEZ: LÍDER DE UMA REVOLUÇÃO ANTILIBERAL E ANTIDEMOCRÁTICA?

O historiador mexicano Enrique Krauze, em seu livro *O poder e o delírio* (2013) busca fazer uma análise sobre a personalidade de Chávez e a natureza política da Revolução Bolivariana trazendo à baila os temas da contrarrevolução antiliberal e antidemocrática, que caracterizariam o governo Chávez.

A baliza teórica utilizada pelo autor passa pela sacralização dos pressupostos da democracia liberal para, assim, fazer uma crítica ao governo Chávez. Dessa forma, resgata o que teria sido a “era de ouro” da Venezuela, quando o país teria conhecido a verdadeira forma da democracia liberal durante o *Pacto de PuntoFijo*, quando liderados por Romulo Betancourt, o país atingiu o desenvolvimento social e político, configurando a “excepcionalidade venezuelana” e que manteve a ordem legal enquanto a América Latina era assolada por ditaduras militares. Para Krauze, tal democracia foi sufocada por Chávez.

Ou seja, a pluralidade partidária, a meritocracia dos funcionários do judiciário e a liberdade de expressão, segundo ele, inerentes ao Estado de Direito, eram, segundo conclui, a garantia do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o autor assume que a democracia liberal se relaciona automaticamente com o desenvolvimento econômico e a prosperidade social, sendo o período *puntofujista* venezuelano uma prova dessa relação. A esses direitos soma-se “o controle civil das Forças Armadas (com atenção substancial para seu desenvolvimento profissional e educação) e a canalização do movimento insurrecional de esquerda para o parlamento” (2013, p. 35).

Na obra, a revolução bolivariana de Chávez representou uma ameaça ao continente latino-americano, pois além de não aceitar a democracia-liberal – considerada a única saída para o continente se desenvolver –, resgata a perspectiva revolucionária, que para Krauze fracassou após as experiências do socialismo real do século XX. Nesse sentido, para explicar como a democracia venezuelana entrou em declínio, o autor faz, basicamente, três análises. A primeira é a crise do *Pacto de PuntoFijo*, que se concretiza com o *Caracazo*; a segunda, é a influência da Revolução Cubana, que teria sido a responsável por influenciar uma geração de jovens e por acabar com experiências democratas da esquerda no continente; e, por fim, a própria personalidade de Chávez, tido como um fanático religioso.

Seguindo essa trilha teórica e discursiva, o autor busca legitimar sua defesa do *Pacto de PuntoFijo* mesmo quando se propõem a analisar o seu esgotamento. Para Krauze, o que causou o fim do Pacto não foi a política neoliberal adotada pelos partidos políticos dirigentes e a dependência venezuelana do petróleo, entregue às companhias internacionais, mas interesses de indivíduos isolados, que subverteram o caráter benéfico das leis do mercado para tirar proveito ilícitos do controle do Estado, tido como uma entidade monopolista que impede a efetivação da competição entre agentes econômicos livres, o que resultaria em um melhor serviço e em melhores condições sociais e econômicas para todos (2013, p. 51).

Vê-se que o autor não contextualiza nem explica as condições materiais que fizeram possível a adoção das reformas neoliberais no segundo governo de Andrés Perez, nem mesmo define a natureza do capitalismo venezuelano e a posição que o país ocupa no circuito de produção e reprodução do capital, algo essencial para o entendimento do processo político venezuelano a qual a obra busca entender. A operação que Krauze faz é criticar a forma, não o conteúdo das reformas, ou seja, o problema não é o impacto de medidas liberalizantes e antinacionais para a população venezuelana, mas sim o *timing* da mesma, que acabou por dar início ao *Caracazo*.

Como é impossível falar do *Caracazo* sem mencionar a violência pela qual o movimento foi reprimido pelo Exército a mando do presidente Perez, o autor problematiza tal evento. O resultado da repressão foram muitos venezuelanos mortos pelas forças militares, em um combate que se estendeu por dias nas ruas das principais cidades do país. A grande maioria das vítimas era composta por moradores dos bairros pobres que mais sofreram com as medidas neoliberais e a adoção do Consenso de Washington.

Mesmo com o consenso bibliográfico a respeito da brutalidade da repressão contra os participantes do *Caracazo*, Krauze sente a necessidade de problematizar tal violência, apontando que muitos dos mortos não foram vítimas das balas disparadas pelos militares mas sim em virtude “dos ferimentos provocados por vidros quebrados na hora dos saques” (2013, p. 53), ou seja, o autor responsabiliza a própria população, vítima das medidas adotadas por Perez, pelas mortes.

Para o autor, esses acontecimentos marcaram o fim do *PuntoFijo* e abriram a possibilidade de Chávez ser eleito em 1998, dando início a Revolução Bolivariana. Para Krauze, o processo político que tem início com a chegada de Chávez ao posto de presidente da República deve ser entendido através de Cuba, uma vez que Fidel Castro se aproveita do chavismo para conseguir cumprir um projeto da década de 1960, quando o autor relata duas tentativas de invasão de forças cubanas em território venezuelano e a recusa de Romulo Betancourt em prover a ilha com petróleo. Dessa forma, Fidel teria visto em Chávez uma oportunidade de se apropriar do petróleo venezuelano. Na leitura de Krauze, a potência estrangeira que tem interesse no petróleo da Venezuela não é os EUA, mas sim Cuba.

Por fim, Krauze analisa a personalidade de Chávez e a forma como este se coloca como presidente e sua relação com os venezuelanos e com seus opositores. Nesse aspecto o autor é categórico: Chávez não é um democrata, mas sim um religioso, que adota políticas fascistas, que não se furta de se aproximar de radicalismos, inclusive de grupos terroristas islâmicos (2013, p. 117). Para Krauze, a maneira como Chávez

se comunica com seus eleitores é típica de um discurso religioso, de populistas e de fascistas antidemocráticos latino-americanos (2003, p. 334).

A obra parte do pressuposto que Chávez e a Revolução Bolivariana são reacionários, que entendem o progresso em aspectos do passado, em particular, no reestabelecimento de uma monarquia que remonta ao sistema colonial espanhol. Para Krauze, Chávez se coloca como um rei, enquanto que seus apoiadores na América Latina, países como Bolívia, Equador e Nicaraguá, são entendidos como seus vice-reinados. Para tanto, Chávez utilizaria do poder do petróleo para influenciar eleições nesses países com o objetivo de colocar seus “vice-reis” em diferentes nações, para que, atuando em conjunto, possam acabar com a democracia liberal e com a propriedade privada no continente. Ou seja, para o autor, as potências imperialistas na América Latina são Cuba e Venezuela, o papel dos EUA na geopolítica da região não aparece na análise (2013, p. 355).

Krauze resgata uma leitura bastante comum entre pesquisadores liberais no início dos anos 2000 que entendem o avanço de forças tidas como progressistas no continente de duas formas, de um lado o caminho democrático e “correto” adotado pelos governos brasileiros e chilenos e de outro o caminho autoritário e populista adotado pela Venezuela, uma vez que Chávez entenderia o Estado como a solução para o subdesenvolvimento do país. Para Krauze, o Estado é o problema e a solução para o país é o mercado (2013, p. 86).

1.5 CHÁVEZ E OS “POPULISMOS”

Chávez é também caracterizado como um político populista por grande parte de seus adversários políticos desde o início de sua trajetória.⁷ À semelhança de tal postura, encontram-se alguns autores que têm como tema central de suas análises configurar o populismo de Chávez, embora diverjam sobre a natureza da relação entre este político e o populismo.

A discussão acerca do populismo é de longa data, já que o conceito remonta a década de 1950 (GOMES, 2010, p.23), sendo que, em termos gerais, as principais correntes que analisam o populismo consideram que o fenômeno decorre de uma crise hegemônica no poder classista e da inexistência de consciência de classe por parte do operariado. Dessa forma, em um momento histórico particular, em que há o desgaste de uma oligarquia agrária, ao mesmo tempo em que acontece o avanço

7 Um apanhando sobre a compreensão de Chávez como populista por seus adversários e como a imprensa, em especial o jornal *Folha de S.Paulo*, opera no mesmo diapasão analítico pode ser encontrado em: SALGADO, 2015.

da industrialização e de um movimento migratório do campo para a cidade, nem as velhas oligarquias, nem as “novas” elites industriais conseguem se colocar como classe hegemônica frente as “massas” emergentes dispostas a reivindicar seus direitos. Seria nesse quadro social e histórico que o fenômeno populista surge, segundo o qual as elites aceitam ceder alguns direitos para as “massas” com a intenção de se legitimar no poder através de um líder carismático que centraliza as funções do Estado e possui contato direto com as massas populares. Ou seja, a população seria uma massa de manobra para a instalação e manutenção de uma hegemonia frágil, expressiva apenas de alguns segmentos de classe (SALGADO, 2015, p. 251).

Por outro lado, existem autores que adotam uma perspectiva crítica em relação ao entendimento sobre o populismo colocado acima, uma vez que consideram que, ao deixar de reconhecer a existência de classe e suas contradições, se reduz a realidade concreta. Dessa forma, o populismo partiria do paradigma liberal-democrático, ou seja, capitalista, para explicar sociedades que não seguiram o modelo de desenvolvimento capitalista europeu, como no caso da América Latina.

Os autores críticos a teoria do populismo consideram que tal modelo teórico elegeu a pequena burguesia como paradigma e, como estão ausentes das análises do populismo as lutas de classes – já que se considera que as massas estão disponíveis para a manipulação do líder carismático –, fundamentais na fase de transição, fica impossibilitada a existência de projetos sociais alternativos que se desenvolvem na própria realidade histórica: tudo se passaria por meio da manobra política das elites. (COTRIM *apud* SALGADO, 2015)

Desse modo, tentaremos resgatar dois autores que buscam entender Chávez como populista, no entanto, de locais teóricos diferentes. A primeira é a socióloga venezuelana Margarita Lopez Maya, que resgata o arcabouço conceitual de Max Weber, considerado pela autora o formulador da teoria sobre o poder “mais importante de todos os tempos” (2016, p. 22), para defender que Chávez é um político populista, que em seu segundo mandato (a partir de 2006) se afasta dos pressupostos da democracia liberal para radicalizar um projeto socialista aos moldes das experiências cubanas e soviéticas do século passado, adotando para tal, políticas autoritárias. Por outro lado, Gilberto Maringoni analisa o governo Chávez, através de um entendimento diferente do populismo. Para ele o conceito é tomado como um importante fenômeno que tornou possível a integração das massas na dinâmica política latino-americana ao conseguir colocar em prática um projeto de país “dirigido de modo autoritário com auxílio de uma hábil política econômica [...] que atendia aos reclamos de paz social de vários setores do capital e incorporava a classe operária

no jogo político” (2010, p. 292). Assim, Maringoni defende que o populismo deve ser entendido em sua complexidade e em sua particularidade histórica, podendo se efetivar de diferentes maneiras. No caso venezuelano de Chávez, o populismo se caracterizaria por ser um populismo progressista.

1.5.1 O POPULISMO AUTORITÁRIO DE MARGARITA LOPEZ MAYA

Margarita Lopez Maya, um dos nomes mais importantes da intelectualidade venezuelana, reconhece que o período do primeiro governo de Chávez é marcado por avanços nas práticas democráticas e de representação popular, em um ambiente marcado pela rejeição popular às práticas neoliberais e pela violência da oposição, que buscou de formas antidemocráticas recuperar o poder político perdido com a vitória de Chávez em 1998. Nesse sentido, Maya considera que Chávez buscou se aproveitar da alta dos preços do petróleo para colocar em prática uma política de aproximação com as massas, em especial através das *missões* – que garantiram melhorias concretas na vida dos venezuelanos – e para reorientar o papel do Estado no país, adotando medidas redistributivas e de maior controle estatal na economia.

Segundo ela, as ferramentas teóricas que possibilitam entender o chavismo podem ser encontradas na teorização de Max Weber sobre os tipos de dominação, em particular no caso de Chávez a dominação carismática. Para Lopez, a compreensão da dominação carismática perpassa pelo reconhecimento de que a sociedade apresenta propensão ao surgimento de um líder dessa tipologia e pela análise das características predominantes do líder e das particularidades de sua relação com seus seguidores (2016, p. 29). Como as pessoas buscam um líder carismático em tempos de crise, o momento em que Chávez chega ao poder político é propenso, já que o pacto de *puntofijo* havia colapsado com a adoção de uma agenda neoliberal.

A necessidade de se tornar tradicional ou legalizar a dominação carismática, processo esse que Chávez vai tentar colocar em prática durante seu governo através da adoção de eleições, com o objetivo de legitimar de forma racional-legal a autoridade do líder carismático é a conclusão de Lopes calcada em Weber. Assim, se busca desenhar um cenário onde a dominação carismática se justifica através de eleições, dando ao líder um caráter antiautoritário (2016, p. 34).

No entanto, a autora aponta que os processos eleitorais convocados durante o governo chavista não foram democrático, uma vez que as eleições foram consequências do carisma do líder e não ao contrário, ou seja, diferentemente do que acontece em dominações que tem como pressuposto a racionalidade e a legalidade, nesse caso as eleições ocorreram em um contexto de pressão psicológica, onde

existia apenas uma opção correta ao eleitorado, ou seja, votar a favor do presidente. Para a autora, a principal ferramenta adotada por líderes carismáticos é o uso de plebiscitos, mais uma vez, calcada na perspectiva weberiana (2016, p. 34).

Após traçar essas questões mais amplas, Lopez parte para a caracterização de Chávez como um líder populista, que através de seu poder carismático conseguiria manipular para impedir que seus seguidores tenham total consciência da complexidade histórica do momento e da situação em que estão inseridos. Para tal, faz uso de um discurso revolucionário, que conseguiu abarcar as aspirações da sociedade venezuelana após o *Caracazo*, sendo estas a necessidade de uma democracia direta, a recusa das políticas neoliberais e a rejeição dos partidos tradicionais (2016, p. 53).

Assim se explicaria o populismo de Chávez, um líder carismático e autoritário, que tem como base de seu discurso bélico e militar, o salvacionismo messiânico e o nacionalismo (2016, p. 63).⁸

Chávez articularia um discurso contra a oligarquia imperialista e corrupta, que inclui os setores populares, centrado na ideia de que o povo é protagonista da histórica, incentivando, dessa forma, a polarização da sociedade venezuelana. Para a autora, tal ambiente polarizado é utilizado por Chávez para colocar em prática sua política plebiscitária, que se caracteriza pela execução de uma campanha constante, já que o povo é chamado às urnas a todo o momento.

No entanto, todas as eleições ganhariam contornos plebiscitários, como se fossem uma prova da legitimação do governo, onde Chávez é o centro de toda e qualquer disputa, ou seja, não se votaria pelas propostas, mas sim a favor ou contra o líder. Para a autora, tais características, em um país como a Venezuela, onde quem controla o Estado tem acesso a grandes recursos financeiros do petróleo, faz com que o líder populista consiga disputar as eleições de forma desigual, prejudicando um dos pressupostos básicos da democracia liberal, ou seja, a ideia de igualdade entre as forças políticas em disputa (2016, p. 66).

1.5.2 O POPULISMO PROGRESSISTA DE MARINGONI

Gilberto Maringoni, um dos primeiros a se dedicar a analisar a Venezuela chavista no Brasil (ver: MARINGONI, 2009 e 2004) também pensa o governo chavista através da chave explicativa do populismo em artigo intitulado *Que tipo de*

⁸ A autora se alinha com a conceitualização de Enersto Laclau sobre o populismo, considerando o populismo como uma “forma universal de hacer política, que aparece para empujar aspiraciones de inclusión social, y cuyo eje definitorio es un discurso de gran valor movilizador, que construye sujetos políticos antagónicos e irreconciliables: el pueblo y la oligarquía. En esta literatura se ele reconoce como una forma de democracia directa que privilegia el vínculo identitario entre un líder carismático y sus bases, y rechaza las formas mediadas de la democracia representativa” (MAYA, 2016, p. 53).

liderança é Chávez? de 2010. No texto, Maringoni parte de um pressuposto diferente do adotado por Margarita Lopez Maya, que entende a democracia liberal como um valor universal e o populismo como um afastamento dos ritos democráticos. Para Maringoni, o populismo se caracteriza como uma forma de acusação contra toda figura pública que se afasta do receituário ortodoxo liberal (2010, p. 287).

O autor aponta para o fato de que tal definição sobre o populismo corresponde a uma lógica neoliberal, que tende a mudar os significados de conceitos, assim como instrumentalizar de forma ideológica seu uso. Dessa forma, se desloca as contradições de classe para aspectos puramente abstratos, como por exemplo as contradições entre moderno e atraso ou o desmerecimento das conquistas sociais, como os direitos trabalhistas, entendidas pelo vocabulário neoliberal como privilégios. Dessa forma, o populismo serviria como o “desmascaramento definitivo de maus governantes”, algo vinculado ao arcaico, que rejeita as benesses do mundo moderno e globalizado (2010, p. 288).

O populismo seria uma forma de introduzir uma nova cultura política na América Latina, baseada no papel interventor do Estado, sustentado em três agentes básicos, “o Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional, como sócio menor. O capital estrangeiro entrou de forma crescente, à medida que os poderes públicos ofereceriam condições cada vez mais vantajosas de investimento e de retorno” (2010, p. 290).

Assim, o populismo seria o resultado de condições históricas específicas, em sociedades de capitalismo tardio que apresentavam uma configuração social agrária, onde uma oligarquia vinculada a terra e a produção agrária concentrava o poder de Estado. Nesse contexto de agudização capitalista, em que se aprofunda a industrialização e o êxodo rural, em sociedades em que as novas instituições ainda não oferecem condições de normalidade, o líder populista aparece como o responsável pela pacificação social, ao mesmo tempo em que constrói todo arcabouço jurídico e institucional que torna possível a exploração e a reprodução do capitalismo na periferia. Por isso os líderes populistas, em contato direto com as massas, não precisariam prestar contas aos ritos institucionais, como teria feito Vargas, por exemplo, conseguindo atender diretamente os anseios dos trabalhadores, com leis que regulam a relação entre capital e trabalho, e promover a paz social que os setores do capital desejavam e incluir a classe operária no jogo político. Nesse sentido, o populismo pode se apresentar, dependendo das circunstâncias históricas, a uma só vez como “nacionalista e progressista, autoritário e elitista” (2010, p. 292).

Tendo em mente a necessidade de se analisar as condições objetivas em que o populismo se manifesta, Maringoni aponta ainda que o discurso “acentuadamente antioligárquico, anti-imperialista e, na prática, demarcado interesse de classe” de Chávez não se alinha com a demagogia que marcou os líderes populistas conservadores (2010, p. 293). Dessa forma, o autor defende que após as crises neoliberais e o *Caracazo*, a Venezuela entrou em um processo de desgaste do sistema político vigente, criando um ambiente em que não existiam condições para que o arcabouço institucional conseguisse dar vazão as demandas sociais, ou seja, nem sindicatos, nem partidos políticos, nem mesmo o Estado ofereciam legitimidade para o “exercício mínimo da democracia representativa” (2010, p. 296). Nesse ambiente, “era difícil deslumbrar outro caminho na Venezuela se não o exercício da liderança em linha direta com as massas” (2010, p. 296).

Portanto, o autor defende que o populismo de Chávez não é uma questão de escolha de um líder autoritário, mas sim uma contingência histórica, de uma adaptação às condições objetivas encontradas, em que Chávez se valeu do alto preço do petróleo, em especial entre 2004 e 2008, para ampliar programas sociais e fortalecer o poder de intervenção do Estado, estatizar empresas antes privatizadas e dar impulso a sua agenda internacional (2010, p. 296).

Concluindo, para o autor, o populismo de Chávez não foi autoritário (como afirma Margarita Lopez Maya), mas sim se efetiva de forma progressista na realidade venezuelana, uma vez que criou novos parâmetros institucionais em uma realidade onde Chávez era o fiador da legalidade, conseguindo colocar nas margens setores da oligarquia que tentaram derrubá-lo. Se Chávez conseguisse construir canais democráticos de participação efetiva, seu próprio populismo acabaria por criar condições concretas que o inviabilizariam (2010, p. 297).

Considerações finais

Através do resgate de uma série de autores e suas respectivas obras buscamos oferecer um conjunto de leituras e interpretações que buscam entender a história venezuelana durante o período chavista.

Frente à complexidade do período, buscamos elencar autores que divergem sobre a natureza ideológica e a forma como a correlação de forças do governo Chávez, hora identificado como neoliberal, populista, autoritário ou progressista. Tais contradições são resultado das próprias disputas presente na realidade social venezuelana, inseridas na forma como a luta de classes se efetiva no país, levando em consideração as particularidades do capitalismo venezuelano.

Nesse aspecto, a disputa acerca da forma como acontece relação entre o Estado e a sociedade é um dos centros do debate, uma vez que o capitalismo rentista venezuelano se configura através da extração do petróleo, que, por sua vez, é uma riqueza natural de propriedade estatal. Portanto, o controle do Estado significa o acesso à principal fonte de recursos nacionais, sendo, dessa forma, um espaço de tensões entre as classes sociais venezuelanas.

Por fim, esperamos ter demonstrado a complexidade das leituras referentes ao governo Chávez, sendo que autores como Damasceno consideram o período como uma radicalização das políticas neoliberais, enquanto que autores como Moraes defendem um afastamento do governo chavistas aos pressupostos neoliberais. Ainda encontramos autores que consideram Chávez um ditador anti-democrático e autoritário, como no caso de Krauze, e outros que o identificam com o conceito de populismo, como Maringoni e Lopez Maya.

Referências bibliográficas

CICCARIELLO-MAHER, G. *We created Chávez: a people's history of the Venezuelan revolution*. Durham: Duke University Press, 2013.

CORONIL, F. *El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Montevideo: Editorial Alfa, 2017.

DAMASCENO, F. S. *A Face oculta da Venezuela*. São Paulo: ILAESE, 2015.

GOMES, A. M. C. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. IN: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KRAUZE, E. *O poder e o delírio*. São Paulo: Benvirá, 2013.

MARINGONI, G. *Que tipo de liderança é Chávez?*. IN: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, F; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. Boitempo, São Paulo, 2010.

_____. *A Revolução Venezuelana*. Unesp, São Paulo, 2009.

_____. *A Venezuela que se reinventa*. Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

MAYA, M. L. *El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015*. Montevideo: Editorial Alfa, 2016.

MORAES, W. *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

SALGADO, T. S. A Ação dos EUA na Venezuela: ONGs, Sociedade Civil E Neoliberalismo. *Repam* 2019, 13, 320-344. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/23385>

_____. *A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)*. Jundiaí: Paco, 2015.

_____. *Em nome da democracia: a intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista*. São Paulo: PUC, doutorado, 2019. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/22156>